



PROJETO BÁSICO / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: FRANCISCA EDNA DE QUEIROZ FERREIRA

FUNÇÃO: SECRETÁRIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXCLUSIVA DA ATRAÇÃO ARTÍSTICA DENOMINADA “FORRÓ LAGOSTA BRONZEADA”, PARA REALIZAR APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2023, NAS FESTIVIDADES DO TRADICIONAL REVEILLÓN, JUNTO À SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE IRACEMA.

Integram este projeto, os seguintes documentos:

- 1) Processo cotação de preços/referencial de preços e respectivas propostas;
- 2) Documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica do(s) prestador(es) do(s) serviço(s);
- 3) MINUTA CONTRATUAL.

1. JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Iracema (CE), através da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, promoverá no dia 31 DE DEZEMBRO DE 2023, apresentação de atração artística de renome local/regional, para animar as festividades e comemorações alusivas às festividades do tradicional Reveillon de Iracema na sede do Município. Tal festejo é patrimônio imaterial cultural do nosso Município, fazendo-se necessário o investimento na contratação de atração artística, de vasta consagração pelo público do Município de Iracema e dos municípios circunvizinhos, para animar o momento com canções com estilo predominante forró, com o fito de promover um momento de confraternização dos presentes. Assim, considerando, a impossibilidade de se estabelecer um ângulo único e determinado para diferenciar as diferentes performances artísticas e atributos de cada banda e artista, o Município lança mão do direito disposto no artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação direta da Atração Artística denominada banda “FORRÓ LAGOSTA BRONZEADA”, que é notoriamente consagrada pela opinião pública local e regional.

2. DOS SERVIÇOS:

Os serviços são constituídos de apresentação artística, conforme detalhamento seguinte:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
01	Contratação de show musical com tempo de duração de 2:00h (duas horas) da atração artística banda “FORRÓ LAGOSTA	Serviço	01	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00



BRONZEADA”, com estilo predominante forró, para apresentação no dia 31 DE DEZEMBRO DE 2023, durante as festividades e comemorações alusivas ao tradicional Reveillon de Iracema.				
--	--	--	--	--

Obs.: A Autoridade Competente deverá indicar o(s) responsável (is) pela gerência do contrato para que o mesmo possa ser orientado quanto à elaboração de relatórios, acompanhamento da execução dos contratos, cumprimento e aceitabilidade do objeto, do pagamento, observando os prazos, entre outros pontos de competência do Gerente de Contratos.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

4.1 PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser iniciados conforme disposto em contrato, a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS, nos locais determinados pela Unidade Gestora contratante.

4.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/EXECUÇÃO: Prazo de vigência de 01 (um) mês contados a partir da data da sua assinatura, admitindo-se, porém, sua prorrogação nos termos do artigo 57, da Lei Federal no 8.666/93.

3.3 PAGAMENTO:

3.3.1 O Pagamento será efetuado em conformidade com o contrato, o adimplemento da obrigação e o encaminhamento da documentação necessária, através de crédito na conta bancária da CONTRATADA, mediante apresentação da respectiva nota fiscal acompanhada da prova de regularidade das obrigações fiscais e trabalhistas.

4. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 37, inciso XXI, que a contratação de obras, serviços, compras e alienações, bem como a concessão e a permissão de serviços públicos pela Administração Pública seja realizada mediante licitação, exceto em casos previstos em legislação específica. Assim sendo, coube à Lei Federal nº 8.666/1993, regulamentar a hipótese abstrata de contratação direta prevista no texto constitucional, criando três categorias: a) licitação dispensada (prevista no artigo 17); b) licitação dispensável (prevista no artigo 24); c) inexigibilidade de licitação (prevista no artigo 25).

Especificamente em relação à inexigibilidade, o caput do artigo 25 estabelece que ela ocorrerá quando o administrador se vir diante de uma inviabilidade de competição. A Lei reconhece como uma das hipóteses desta inviabilidade, a contratação de artistas profissionais, de qualquer segmento (música, artes cênicas, plástica, etc.), desde que consagrado pela crítica especializada ou opinião pública:

“Artigo 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]



III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. (artigo 25, inciso III, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993).

Ademais, segundo o Professor Joel de Menezes Niebuhr, a contratação de artistas é singular, dotada de elevado grau de subjetividade, o que inviabiliza o estabelecimento de parâmetros objetivos de competição:

“... no tocante aos serviços artísticos, a singularidade reside na própria natureza do serviço, que é prestado, de modo independente da figura do artista, com percepção pessoal, subjetiva, em resumo, singular”. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública. Editora Fórum, 2008, 2ª Edição revista e ampliada, Belo Horizonte, p. 131).

A Lei de Licitações é categórica ao exigir que o artista seja contratado diretamente ou por meio de seu empresário exclusivo. E esta é, certamente, a principal causa apontada pelas Cortes de Contas para a reprovação de procedimentos de contratação de artistas por inexigibilidade. Em pequenas cidades, principalmente, é muito comum a figura do “empresário só por uma noite”. Este é um intermediário, geralmente da região, que bloqueia a agenda de um determinado artista, para apenas uma apresentação. Neste caso, o empresário exclusivo - de fato e de direito - emite um documento que comprova que a agenda daquele artista está reservada para o empresário da região, naquela data específica. Além de ferir uma determinação expressa da lei, esta prática acaba por causar sobre preço ao cachê cobrado, haja vista que o intermediário também “irá tirar o seu”, tornando a contratação menos vantajosa para os cofres públicos.

Entendimento já pacificado no TCU desde o Acórdão 96/2008-Plenário assentou que para a caracterização da hipótese de inexigibilidade prevista no artigo 25, III, da Lei 8.666/1993, é necessária a apresentação do contrato de exclusividade entre o artista e o empresário contratado. Além disso, a Corte Federal tem recomendado que tal contrato deve ser registrado em cartório, não bastando para tanto a autorização que confere exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas, buscando assim, garantir a validade e a autenticidade do instrumento que credencia o representante do artista, como forma de mitigar a ocorrência de eventuais pagamentos indevidos a pessoas alheias ao objeto de contratação.

O acórdão citado resultou na determinação de que, em casos de convênio entre municípios e o Ministério do Turismo, este órgão deveria informar em seus manuais de prestação de contas de convênios e no próprio termo de convênio que:

“... quando da contratação de artistas consagrados, enquadrados na inexigibilidade prevista no inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993, por meio de intermediários ou representantes: - deve ser apresentada cópia do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado, registrado em cartório. Deve ser ressaltado que o contrato de exclusividade difere da autorização que confere exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e que é restrita





à localidade do evento; - deve ser promovida a publicação do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de cinco dias, previsto no art. 26 da Lei de Licitações, sob pena de glosa dos valores envolvidos". (Acórdão 96/2008-Plenário do TCU)

Acerca da inexigibilidade, diversos procedimentos distintos acabam por causar dúvidas aos agentes públicos. Em vista disso, cabe ressaltar a importância de atentar-se aos pressupostos expressamente estipulados pela legislação, aos aspectos práticos e formais do processo e aos entendimentos que vêm sendo consolidados pelos Tribunais de Contas Municipais, Estaduais e da União para, assim, minimizar ao máximo o risco de uma eventual reprovação das condições da contratação.

A inexigibilidade, apesar de ser um procedimento de exceção, é célere, eficiente e segura, desde que obedecidos os pressupostos e condições apresentadas. Por isso, esta ferramenta oferecida pela legislação deve ser empregada com parcimônia, zelo e rigor processual, sempre em busca da contratação mais vantajosa para a Administração.

5. RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

A escolha recaiu sobre a Atração Artística banda "FORRÓ LAGOSTA BRONZEADA", pois trata-se de banda de forró de renome LOCAL/REGIONAL, para o público alvo, e suas apresentações serão condizentes com a expectativa do evento, pois os mesmos possuem reconhecimento da população, com exposições na mídia radiofônica local e regional, além do mais, foram escolhidas buscando satisfazer os anseios da população para a escolha do melhor entretenimento para o evento, tendo sido escolhida pelo público através de enquete disponível no portal eletrônico do Município.

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A escolha da proposta mais vantajosa foi decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, sendo que os preços encontram-se compatíveis com a realidade mercadológica.

Torna-se subjetivo para a Administração Pública avaliar os preços deste tipo de prestação de serviços, tendo em vista que cada atração tem suas particularidades e custos de apresentações diferenciados, não existindo uma tabela de preços que sirva como parâmetro para esta avaliação, contudo, comparando os preços propostos com contratos firmados com outros entes federados, conforme dados acostados, depreende-se que os mesmos são razoáveis e condizentes com a realidade mercadológica.

O(s) contrato(s) será(ao) firmado(s) com a(s) empresa(s): CERTUS PROJETOS, EVENTOS E PUBLICIDADE LTDA, inscrita no CNPJ Nº: 23.381.575/0001-05, pelo valor total de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), empresário exclusivo da atração artística "FORRÓ LAGOSTA BRONZEADA".

7. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:



Em cumprimento ao Art. 7, § 2º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, foi constatada a existência de crédito orçamentário para a cobertura das despesas alusivas a esta contratação com a utilização de recursos oriundos do orçamento vigente, como se vê: 0701 13 392 0701 2.046 Promoção e Apoio à Manifestações Culturais, Folc. Artíst. e de Integração Social SCTEJ, elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica, com recursos transferidos e/ou arrecadados do município de Iracema, consignado no Orçamento Municipal vigente.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, encaminhamos o presente projeto básico setor de licitações e contratos para a abertura de processo de inexigibilidade de licitação para a celebração do(s) contrato(s), de acordo com a legislação pertinente à matéria.

IRACEMA-CE, 08 de novembro de 2023.

FRANCISCA EDNA DE QUEIROZ FERREIRA
Secretária de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA